Trigo — oferta e demanda mundiais, 1997/98

Em milhões de toneladas

Região	Estoque inicial	Produção	Importação 1997/98[1]	Consumo total	Rações	Exportação	Estoque final
Mundo	110,13	578,82	112,02	94,12	573,48	111,52	115,47
EUA	12,53	62,99	2,45	6,80	34,02	27,90	15,75
Argentina	0,20	14,00	0,02	0,15	4,50	9,50	0,22
Austrália	2,08	18,50	0,03	2,10	4,40	14,00	2,60
Canadá	10,06	26,00	0,10	4,70	8,70	19,00	8,46
UE-15	14,91	97,85	17,41	39,22	83,06	31,23	15,89
China	23,83	114,00	3,50	3,70	114,00	0,20	25,83
Europa oriental	5,81	33,70	1,35	10,95	31,53	2,75	6,58
Ex-URSS [2]	7,28	68,17	6,13	19,64	68,27	4,85	8,46
Rússia	1,67	35,00	2,00	13,00	36,00	0,60	2,07
Casaquistão	1,77	8,50	0,00	1,05	5,10	3,00	2,17

Fonte: Departamento de Agricultura dos EUA, junho de 1997.
[1] Projeção.
[2] Ex-URSS, sem os países bálticos.

Plano Real, as importações deverão somar 5,8 milhões de toneladas, superando os 5,6 milhões de 1996.

O produto brasileiro estará um pouco menos pressionado pelo produto importado, em razão do fim das importações financiadas com menos de 360 dias. Os estoques são baixos. Segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), ficaram em 692 mil toneladas ao fim da safra 1996/97 e ficarão em pouco mais de 507 mil toneladas, ao final de 1997/98, o equivalente a aproximadamente três semanas de consumo.

Para o mercado mundial (ver tabela), o do Departamento de Agricultura dos EUA estima que a produção seja menor, de 587,83 milhões de toneladas, conforme é apresentado na seção Panorama Internacional, desta edição.

De acordo com a mesma fonte, o consumo internacional também deverá retrair-se, possivelmente levando a um mercado mais *calmo*, mais favorável aos importadores, junto aos quais o Brasil parece destinado a permanecer.

FERNANDO ROBERTO DE FREITAS ALMEIDA

FEIJÃO-PRETO

Americanos e argentinos de olho no Brasil

A lavoura de feijão-preto está em plena decadência. Isso chama a atenção dos exportadores estrangeiros, que percebem o fato como estímulo e aumentam a produção, de olho no Brasil. Este ano, deveremos gastar US$52 milhões em importações do produto, cujo total deverá ficar entre 70 e 90 mil toneladas.

O Brasil é de fato um país paradoxal. Com 500 milhões de hectares agricultáveis, radiação solar abundante e condições climáticas favoráveis, não consegue auto-abastecer-se de feijão-preto, mercado extremamente pequeno em relação ao dos demais grãos e de consumo altamente concentrado em termos geográficos.

Talvez seja por esta mesma razão que não conseguimos manter nossa auto-suficiência. Como o mercado de feijão-preto é restrito, os produtores rurais ficam temerosos de entrar num jogo de comercialização mais sensível a situações de sobreoferta. Outras razões contribuem para o desestímulo desses produtores: historicamente, o feijão-preto vem sendo um produto bastante vigiado pelo governo, devido a seu grande peso nos índices que medem a inflação (por muitos anos a inflação oficial do país tinha como base o IPC do Rio de Janeiro, estado que concentra parcela importante do consumo), e o tabelamento no varejo sempre afugentou os agricultores. Outro fator importante é que a safra é razoavelmente concentrada no tempo, gerando quase sempre pressão de venda

por parte dos produtores, em geral pequenos e sem acesso a instrumentos oficiais de amparo à estocagem. Para piorar, os produtores deparam com um oligopsônio na hora de vender o produto, ou seja, poucos compradores desfrutam de grande poder de fixação de preços. Para exemplificar: sabe-se que no Paraná, principal produtor da variedade (nas regiões de Irati, Prudentópolis e União da Vitória), somente três ou quatro grandes cerealistas dominam o mercado comprador.

Ao contrário do feijão de cores, o preto não se incorporou ao modelo da grande produção capitalista irrigada. Pior: mal está conseguindo manter-se nas regiões produtoras tradicionais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Permanece conduzido por pequenos agricultores-proprietários, sem acesso a crédito e com baixo índice tecnológico.

A integração com o Mercosul trouxe ainda mais incômodo a nossa frágil produção. Hoje, a Argentina planta basicamente para atender ao mercado brasileiro, que vem apresentando déficits sistemáticos nos últimos anos (ver tabela — quadro de oferta e demanda). Com alíquota de importação zero e custos de produção bastante inferiores aos nossos, ficou difícil competir com os argentinos.

É difícil obter dados oficiais sobre custos na Argentina. Trabalha-se com informações de agentes do mercado, que estimam um custo atual de produção de US$400,00/ha para uma produtividade de 2.000 kg/ha, o que equivale a aproximadamente US$12,00/saca. Note-se que este patamar é bem inferior ao brasileiro, que segundo a Ocepar estaria em torno de R$22,00, ou pouco mais de US$23,00/saca, uma vez que aqui o item mão-de-obra tem peso expressivo. Como na Argentina colheita e bateção em geral são mecanizadas, utiliza-se pouca mão-de-obra. Com terras muito férteis, os argentinos praticamente não usam adubo e aplicam poucos agrotóxicos, o que provavelmente se deve ao fato de a cultura expandir-se em áreas novas, isentas de inóculos de fitopatógenos (somente após alguns anos de exploração agrícola é que as doenças de plantas passam a ser endêmicas).

Brasil — feijão-preto — quadro de oferta e demanda

Em mil t — 1991-97

Ano safra	Estoque inicial	Produção nacional	Importação	Suprimento	Consumo aparente	Estoque passagem
1990/91	18,3	402,9	47,3	468,5	422,1	46,4
1991/92	46,4	514,5	46,6	607,5	530,0	77,5
1992/93	77,5	483,7	39,3	600,5	530,0	70,5
1993/94	70,5	525,6	99,5	695,6	576,0	119,6
1994/95	119,6	466,1	87,9	673,5	561,0	112,5
1995/96	112,5	383,5	61,0	557,1	500,0	57,1
1996/97	57,1	417,9	70,0	545,0	450,0	95,0

Fonte: Conab.

O feijão-preto não se incorporou ao modelo da grande produção capitalista irrigada. Pior: mal está conseguindo manter-se nas regiões produtoras tradicionais.

As principais regiões produtoras na Argentina são Salta, Tucumã e Jujuy, e este ano a safra (que entra depois da brasileira, a partir de maio), deverá alcançar 120 mil toneladas, de acordo com a Conab. Desse total, 20 a 40 mil toneladas seriam destinadas a outros países e o restante ao Brasil. Neste momento, o feijão argentino já está entrando com força no país e os preços FOB fronteira (Foz do Iguaçu e Uruguaiana) estão em torno de US$650,00 ou menos por tonelada. A Conab está projetando atualmente que serão internalizadas cerca de 70 mil toneladas do produto, mas os corretores estimam que esse número poderá chegar a 100 mil toneladas.

Há uma tendência de alta no mercado internacional, sobretudo a partir de junho, quando normalmente se nota mais a presença de compradores brasileiros no mercado argentino. Os habituais compradores da Argentina, Venezuela e Costa Rica, deverão disputar o feijão argentino este ano, em face de estarem deficitários. Esta pressão de compra de outros países provavelmente *empurrará* para cima as atuais cotações da leguminosa.

Americanos de olho no mercado brasileiro

Não é de hoje que se percebe a cobiça de produtores norte-americanos pelo nosso mercado. Competir com eles é também questão delicada. São bastante eficientes e articulados, organizando-se em associações de produtores, beneficiadores e exportadores. Mesmo não sendo consumidores de feijão — sua produção é voltada à exportação e ao consumo específico de determinados grupos étnicos —, organizam-se em entidades que nem sonhamos um dia existirem aqui, como o National Dry Beans Council, instituição que visa a fortalecer as posições comerciais dos agentes envolvidos com o produto.

Em recente missão comercial, os norte-americanos vieram apresentar seu produto ao mercado varejista do Rio de Janeiro. A safra nos EUA é plantada no período maio-junho e colhida em setembro-outubro (por restrições climáticas, só conseguem obter uma produção por ano). Existem mui-

tos fatores que limitam a colocação do produto norte-americano em nosso mercado. Em primeiro lugar, há a questão qualitativa, colocada por um grande comprador. De acordo com especialistas do grupo, o grão norte-americano tem uma forma bem parecida com a do preferido pelos consumidores cariocas, o tipo *chumbinho*. Entretanto, na cocção, o grão americano solta uma *tinta preta*, não se apresentando *achocolatado*, como preferem as donas-de-casa. Isso não parece ser mero detalhe, mas um aspecto muito importante, levado em conta pelos empacotadores, que têm de manter o padrão do seu produto. Por exemplo, a Combrasil, marca líder no mercado carioca, tem um grande zelo ao empacotar um produto importado. Segundo os corretores, são feitos testes de cocção antes das transações comerciais. Além disso, o preço do produto norte-americano é muito elevado em relação ao argentino.

Note-se que os custos de produção nos EUA são, segundo um produtor do estado norte-americano do Nebraska, muito parecidos com os da Argentina, em torno de US$400,00/t. A produtividade é bem elevada, atingindo em média 2.000kg/ha no sistema irrigado e 1.500kg/ha no sistema sequeiro. Além disso, todas as operações são mecanizadas, o que implica também um baixo custo com mão-de-obra. O que encarece o preço CIF porto brasileiro é que o produto tem de ser transportado das zonas produtoras, na região central dos EUA — Michigan e Dakota do Norte —, até o Canadá, de onde parte em navios para os portos do Rio e São Paulo. Com isso, o produto tem sido cotado a US$850,00/t FOB Rio, portanto US$200,00/t a mais que o preço argentino. E, por fim, o prazo de internalização muito longo, que varia entre 40 e 75 dias, contra 20 da Argentina, dificulta o abastecimento numa eventual crise de escassez.

Essas dificuldades não impediram, no entanto, que a missão viesse ao Brasil. Os norte-americanos se mostram interessados num mercado nada desprezível, de cerca de 13 milhões de consumidores, que praticamente só compram feijão do tipo preto. Parece haver um esforço de aproximar seus preços aos da Argentina, e o mercado em alta poderá até permitir tal aproximação. Coincidentemente, a fase de plantio é junho/julho, para uma colheita em setembro/outubro, o que é bastante sugestivo. A safra norte-americana anual alcança números modestos (cerca de 65 mil toneladas em anos normais e até 100 mil toneladas em anos atípicos), e seus principais compradores são México e Venezuela, mas os norte-americanos saberão responder muito bem aos estímulos de mercado, sobretudo com o advento da Alca.

Produtores e governo devem analisar a questão.

De acordo com a Conab, a safra brasileira deverá crescer suavemente em relação à do ano passado, atingindo cerca de 418,2 mil toneladas. Entretanto, tanto o Deral do Paraná quanto a Cepa de Santa Catarina apontam para a decadência dessas lavouras em seus estados, tradicionais produtores nacionais. De fato, fica difícil sobreviver na atividade, nas atuais condições de produção e comercialização. Municípios tradicionais perdem a cada ano expressiva parcela da área cultivada, e os produtores, a princípio, trocam de cultura, embora não existam informações estatísticas a respeito. É necessário acompanhar melhor este processo, e tomar as medidas de amparo necessárias, já que um produto fundamental da dieta dos brasileiros não deveria ficar à mercê de um mercado internacional pouco transparente e, em certo grau, instável.

Nossas deficiências atraem rapidamente os segmentos mais eficientes dos outros países. Deveríamos atentar mais para este sinal.

ELIANA CONDE BARROSO LEITE
SANDRA MARIA HETZEL,
DA SH CONSULTORIA.

FUMO

Colheita recorde, preços menores

As empresas fumageiras modificaram seu* modus operandi *tradicional, antecipando para abril a divulgação dos preços básicos da nova safra, em vez de fazê-lo após o plantio, como de costume. Os agricultores, porém, foram surpreendidos pelo fato de tal preço ter sido igual ao da temporada 1996/97. No próximo mês de dezembro (véspera da colheita), novo encontro entre as partes deverá fixar o preço de compra do produto a ser colhido.

No início de 1997, reinava um clima de euforia junto à agroindústria brasileira de fumo, uma vez que seus resultados, tanto o das vendas externas do exercício anterior, quanto o da iminente colheita da safra 1996/97, eram muito alvissareiros.

No caso do comércio exterior, a Abifumo informou que as exportações brasileiras do fumo em folha em 1996